REPÚBLICA, JACOBINISMO E LIBERDADE: A Revolução Francesa em Pernambuco (1796-1802).

Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga[*]

Resumo

O presente artigo busca traçar os principais aspectos da presença francesa em Pernambuco durante o período entre o final do Diretório e o início da Era Napoleônica, em correlação com os acontecimentos políticos locais durante os governos de José Tomás de Mello e da Junta Governativa em Pernambuco. Como intuito principal, as características externas e internas da Capitania de Pernambuco são analisadas como forma de entender a Conspiração dos Suassunas de 1801.

Palavras-chave: Revolução Francesa; Pernambuco; Suassunas.

[*] Graduanda em bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e estagiária em História pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Em pleno Diretório francês, as idéias republicanas recentemente consagradas pela Revolução naquele país já preocupavam a Corte portuguesa em território brasileiro. Antes disso, as idéias de liberdade e autogestão advindas da Independência dos EUA sugeriam aos insatisfeitos colonos fomento para rebeliões. Em Minas Gerais, o movimento inconfidente de 1789[1], ainda que não tenha sido influenciado pela Revolução Francesa concomitante, assinalava na Colônia as idéias separatistas que iriam ser perseguidas com maior ênfase após a decapitação de Luís XVI em 1793 pela Convenção Revolucionária. Em 1794 a Conjuração do Rio de Janeiro, também sem resultados práticos e em 1798 a Conjuração Baiana demonstram a expansão das idéias libertárias no território brasileiro e reafirma a vigilância sobre a ideologia francesa e norte-americana. No caso pernambucano, a tradição republicana e o sentimento de autogestão remontam ao período holandês desde a Restauração de 1654[2]. Vale considerar, também, que a geração do final do século XVIII em Pernambuco é filha ou neta da geração da Guerra dos Mascates de 1710[3], e está, no final do século, ainda envolvida nas questões políticas nativistas originárias do "ranço" entre Recife e Olinda e entre europeus e americanos. Não é à toa, portanto, que dentro do quadro europeu de decadência do Diretório e ascensão de Napoleão, tenha a Junta Governativa respondido à ordem do Ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo Sousa Coutinho,

> Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor,
>
> Recebemos o Real Aviso de 2 de julho deste ano em que o Príncipe Regente Nosso Senhor foi servido ordenar-nos que vigiemos muito escrupulosamente sobre a conduta de todos os empregados nesta capitania para no caso de se acharem contaminados de princípios jacobínicos e revoltosos darmos conta com o maior segredo. Ficamos na inteligência da sobredita Real Ordem para darmos o seu inteiro cumprimento na conformidade das reais intenções e determinações do mesmo Senhor,
>
> Deus Guarde a Vossa Excelência. Recife de Pernambuco 16 de novembro de 1799.[4]

Apesar dos avisos de além-mar, as idéias "jacobinas" de liberdade, independência e republicanismo estavam em pleno vigor na Capitania, pelo menos, desde a fundação do Areópago de Itambé pelo conhecido maçom, médico e botânico, padre Manuel de Arruda Câmara em 1796. De acordo com Vital Lopes Cordeiro (2008 : 33) o padre carmelita, também

[1] MAXWELL, Kenneth. **Conspiração**. In: A devassa da devassa : A inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). São Paulo : Paz e Terra, 2005. P.141-168.
[2] SILVA, Leonardo Dantas. **Nativismo Pernambucano**. In: Holandeses em Pernambuco 1630-1654. Recife : Caleidoscópio. Instituto Ricardo Brennand. 2011. P.354-357.
[3] MELO, Mário**. A guerra dos Mascates como afirmação nacionalista**. Recife : APEJE, 1984. 156 págs.
[4] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.212, D.14384

conhecido por Frei Manuel do Coração Jesus, estudou medicina na Universidade de Coimbra e de lá se retirou por ter defendido a Revolução Francesa que ainda ocorria na França, terminou sua formação médica em Montpellier, centro conhecido por ser formador de doutrinadores da ideologia republicana.[5] Volta a Pernambuco e funda o Areópago em 1796, ainda durante o governo de Tomás José de Melo.

A vigilância sobre os "abomináveis" princípios franceses é tão preocupante para a Corte que, através do decreto de 17 de dezembro de 1794, o Príncipe Regente D. João restabelece as tradicionais instituições de censura, como a Inquisição, o Ordinário e a Mesa de Desembargo do Paço. De acordo com Neves & Ferreira (1989 : 113) a censura portuguesa no Brasil inicia-se no ano de 1794 e se estende até 1820, revogada com a Revolução do Porto. Entretanto, a censura aos princípios franceses não excluiu uma Ilustração à portuguesa, de acordo com as autoras *"As reformas pautadas na razão eram bem-vistas para se evitar os perigos de uma convulsão social que poderia abalar os alicerces tradicionais da sociedade luso-brasileira, idealizada sobre a fé e a razão"* (idem, 115).

Desta forma, compreende-se a razão pela qual a vigilância sobre os princípios franceses tenha sido, no caso Pernambucano de 1796 à 1802, em parte exercida pelo Bispo de Pernambuco, José Joaquim de Azevedo Coutinho, homem ilustrado e reconhecido pela historiografia pelas idéias inovadoras no comércio[6] e ensino[7]. O Bispo, nomeado para o cargo em 1794, acumula a função de Primeira Pessoa da Junta Governativa de Pernambuco em 1798, além de ser nomeado Diretor Geral do Ensino no mesmo ano e é o responsável pela fundação do Seminário de Olinda em 1800. Azevedo Coutinho, ilustrado nos princípios portugueses, foi um dos relatores do processo contra os irmãos Suassunas em 1801, que defendiam a liberdade e o republicanismo nos moldes da ilustração francesa. Assinantes da tradução portuguesa do Manual sobre os Crimes da Revolução Francesa em março de 1799, a Junta afirma que o manual é onde

> "[...] energicamente se manifestam os princípios e vistas do atual governo francês, para que procurasse derramá-los neste Estado, a fim que a todos os

---

[5] CAMPOS, Rafael Dias da Silva. SANTOS, Christian Fausto Moraes. **Doutores da devassa**: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. Revista Unisinos, vol.17. Pág 62.

[6] CANTARINO, Nelson Mendes. **Conjugando tradições**: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816). Anais da IV conferência Internacional de História Econômica. P.1-24.

[7] FERRER, Francisco Adegildo. **Proposta Pedagógica do Bispo Azevedo Coutinho**. Revista do Instituto do Ceará, 1995. P. 365-378.

> seus habitantes seja constante e notório, quão odiosos e tenebrosos são os crimes que tem caracterizado a Revolução Francesa."[8]

A ameaça francesa foi freqüente durante o final do governo de Tomás José de Melo e durante todo o governo da Junta. Desde o momento em que assumiram o governo em 1798 - o Bispo de Pernambuco, José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, o intendente da marinha, Pedro Severim e o desembargador Antônio Luís Pereira da Cunha (posteriormente substituído pelo Ouvidor José Joaquim Nabuco de Araújo, tio-avô de Joaquim Nabuco) - até o momento de sua dissolução, em 1804, tiveram os governadores como companhia ingrata a freqüente e intermitente presença francesa na costa. Impedidos de transladarem os navios de comércio pelo oceano Atlântico sem temer a ameaça francesa, a Real Ordem de 2 de agosto de 1798[9] determina a utilização de comboios para todos os navios. A medida, entretanto, foi insuficiente para evitar ataques à costa, o então governador Tomás José de Melo relata em 1798 que

> Os repetidos insultos e atentados que tem feito nestes mares e portos com toda a ousadia e atrevimento duas embarcações francesas que cruzam constantemente nas costas destas capitanias, vindas de Monte Vidio [...] um dos ditos dois navios se bateu com o (navio) Grão-Maranhão **de fronte desta praça**, quando se recolhia a este porto e do poder do qual foi retomado pela fragata São João um barco que haviam apresado no porto de Una desta Comarca e outro **não perde a vista de terra** cruzando nesta altura até a Paraíba e chegando a ponto de mandarem gente em canoas apresar um barco vindo do Rio de Janeiro com carnes secas que se achava dentro dos arrecifes da barreta de Nossa Senhora da Piedade distante pela costa três léguas desta praça [...] cujo barco fizeram doação a Simão José Soares seu prisioneiro, que ia de passageiro no barco Aleluia e que foi apresado a nossa vista oito dias antecedentes ao norte do Cabo de Santo Agostinho [...] (negrito nosso)[10]

O desespero do governador Tomás José de Melo é tamanho que ele recorre, sem autorização por parte da Corte, ao Capitão-Geral da Bahia e aos comerciantes pernambucanos, para a utilização de dois navios de guerra com artilharia e soldados para defenderem a costa pernambucana. Como visto no trecho da carta acima, a presença francesa era muito próxima e visível no Porto do Recife, sendo uma presença constante e ameaçadora, não apenas ao comércio, mas a própria condição de Colônia portuguesa. A ameaça estendia-se

[8] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D.14085
[9] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.203, D.13862
[10] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.205, D.13998

também às capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, como relatou a Junta Governativa em tom de socorro em 9 de fevereiro de 1799.[11]

Durante o período de conflito com os franceses, o quadro de recrutamento militar se estendeu na Capitania, o que para os homens livres era uma verdadeira calamidade (BERNARDES, 2006 : 202). O governador de Pernambuco, José Tomás de Mello, em resposta ao recrutamento forçado por parte da Corte, apela ao Príncipe Regente que não sejam recrutados padres[12], demonstrando o quanto se generalizou o serviço militar desta época. Não apenas a escassez de homens era percebida, quanto também, e repetidamente, foram denunciadas a falta de madeira[13] para a construção de fragatas para defender a Costa. A falta de homens e navios tornava a convivência contínua com os franceses na beira da praia algo preocupante. Não foram poucos os relatos de ataques e roubo de cargas. No dia 8 de abril de 1799, nos relata um ataque francês o capitão-mor Francisco do Rego Barros

> Se acha fundiada uma sumaca que por se ver seguida de uma fragata inimiga se refugiou debaixo da artilharia do novo reduto do Gaibú, e logo ordenei aos capitães da ordenança, João de Farias Nogueira, João Paes Barreto Júnior e a Ignácio Cavalcante de Albuquerque acudissem com as suas companhias armadas e municiadas para socorrer a sumaca, se fez fosse possível e meio necessário e me repetissem as partes, para aprontar toda a mais gente, sendo que a fragata intenta-se maior arrojo; fazendo dobrar as vigias para nos por a qualquer desígnio, a seguirmos as ordens que já temos a este espírito.[14]

No dia seguinte outro ataque, este próximo a Serinhaém, relatado pelo capitão-mor Henrique Luiz de Barros Vanderley

> No dia sete do corrente apareceu no lugar do Gamela que é a barra chamada de Rio Formoso, um navio de franceses, ao mesmo tempo uma sumaca que vinha carregada de caixas de açúcar trabalhado, vinda de Santo Antônio Grande do Porto Calvo, os franceses a quiseram pegar e lhe atiraram vários tiros de fora, porém não alcançaram e nem a pegaram, porque o barco fugiu a procurar a barra do Rio Formoso, que é no Gamela, mas infelizmente porque dera-se com uma pedra que quebrou a quilha e perdeu a carga já bem perto da terra, ao mesmo tempo que isto sucede, saía pela mesma barra o barco chamado de Santa Rosa, que vinha do Rio Formoso carregado e como viu o inimigo, não pode entrar outra vez, refugiou-se junto ao outro que ainda não estava perdido, os franceses que não puderam pegar o barco, e nem puderam chegar com o navio por ser muito a beira da terra, botaram uma lancha com gente bastante

11 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D.14063
12 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.201, D.13771
13 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.195, D.13393/D.13413 e Cx.206 D.14036.
14 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.208, D.14158

> armada com pessoas e vieram a roubar os barcos, porém o barco Santa Rosa se defendeu com umas pecinhas que tem, e também lhe ajudou o outro barco que estava fora da Barra de Serinhaém carregando e este principalmente foi que defendeu e afugentouos franceses, estes ontem deram a vela para a parte do Recife.[15]

A vigilância francesa sobre a costa pernambucana foi constante entre 1798 e 1802. Em 16 de janeiro de 1798, num ataque de navios franceses à costa do Ceará, o capitão do navio Netuno, Pedro José da Costa Barros[16], tem sucesso em defender-se e aprisiona quatro franceses, remetendo-os para Pernambuco como prisioneiros de guerra e à disposição da Sua Majestade.

Há muitos outros relatos e ordens de proteção em torno dos franceses – e a partir de 1799 também os espanhóis[17] – na costa pernambucana. É nesse clima constante de ameaça à Capitania que os anos finais do governo de José Tomás de Mello e todo o governo da Junta Governativa se desenrolam e compõem o quadro que levou à Conspiração Suassuna de 1801.

O ODIADO D. TOMÁS E O GOVERNO INDIGESTO DA JUNTA GOVERNATIVA

O governo da Junta Governativa, iniciada em 1798, começou em meio a uma vacância do cargo, por demissão do antigo governador, odiado, José Tomás de Mello. A Junta, *principalmente* na figura do Bispo de Pernambuco, José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, sofreu rejeição por quase todos os segmentos da sociedade pernambucana até a sua extinção em 1804. Com o objetivo de compreender o período de crise política em Pernambuco do final do século XVIII, que levou a fracassada Conspiração Suassuna de 1801, é imperativo analisar o governo de José Tomás de Mello e os conflitos gerados pela Junta concomitantemente a presença francesa na costa do Recife. Para isso, propomos analisar as questões políticas de aquém-mar acontecidas durante e por todo o período da “ameaça” francesa.

---

[15] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.208, D.14158
[16] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.199, D.13668
[17] As referências históricas a um conflito real entre Portugal e Espanha datam de 1801 com a Guerra das Laranjas. Entretanto a partir do final de 1798 e a participação tímida de Portugal no Rossilhão as questões diplomáticas entre Portugal, Espanha e Inglaterra ficam inseguras. Portugal, por não se posicionar claramente à favor da Espanha e da Inglaterra, passa a considerar a presença de espanhóis nas Colônias como algo perigoso. Pelo Real Decreto de 2 de novembro de 1798, mas somente lido em janeiro de 1799, ordena-se a defesa de qualquer ataque vindo da França ou Espanha.

As questões nativistas entre americanos e europeus aparecem com maior evidência no final do século XVIII, quando as transformações forçadas pela Independência dos EUA e pela Revolução Francesa na conjuntura política européia são os estopins para revoltas e sedições, tanto na América Espanhola quanto na Portuguesa. Conflitos internos estes construídos durante séculos de disputas e crises entre os portugueses/espanhóis privilegiados e os americanos "subalternos". Em Pernambuco, as disputas políticas, com caráter nativista, não fogem a conjuntura semelhante nas outras capitanias e nos vice-reinados espanhóis. Em 1796, após a eleição provincial na Bahia e em Pernambuco, os religiosos da reformada província de Santo Antônio suplicam à Maria I a revisão da Bula Tripartida, escrevem:

> Senhora,
>
> Os religiosos da reformada província de Santo Antônio do Brasil naturais da América, assim os da capitania da Bahia, como os de Pernambuco com a mais profunda submissão e pureza de verdade fazem subir ao Real Trono o catálogo incluso[18] das eleições dos provinciais que na sua província se tem feito desde o ano de 1719 até o presente de 1796, época em que se declarou contra os nacionais das referidas capitanias o partido dos europeus até hoje em dia dominante naquela província. Estas desigualdades tão mal pensadas, como praticadas, com os suplicantes que também muito se prezam serem fiéis vassalos de Vossa Majestade além de outras muitas razões que senão expõem por modéstia, motivaram os suplicantes procurar em Vossa Majestade o remédio para sua infelicidade, a que foi Vossa Majestade servida deferir lhes permitindo licença para recorrerem do Santo Padre [...]

Sendo-lhes negada a revisão da Bula Tripartida, que daria aos "americanos" regime de igualdade diante dos europeus, o caso dos religiosos franciscanos, que pleiteavam o reconhecimento da sua condição patriótica também configura o quadro nacional do "despertar" da nacionalidade. As minúcias que paulatinamente se assentam para formar o quadro político e econômico de instabilidade do final do século XVIII em Pernambuco – que nos leva a compreender a elevada rejeição da população contra a Junta Governativa – assim como a ameaça francesa constante, a propagação das idéias iluministas, caracterizam o quadro de revolta e sentimento de independência em muito simbolizado na Conspiração Suassuna de 1801 e, posteriormente, na proclamação da República de 1817. Mas, antes de assumir como única e principal causa da Conspiração de 1801 a disseminação das idéias francesas, devemos considerar o ambiente interno.

[18] O objetivo do catálogo apresentado à Maria I pelos religiosos eram em mostrar que durante todo o período entre 1719 à 1796, nunca houve equidade de membros americanos e europeus, sendo estes sempre em maior número.

O governo de José Tomás de Mello iniciou-se em 1787. De acordo com Dênis Antônio de Mendonça Bernardes (2006 : 195-196) os 11 anos de seu governo são marcados por uma nova forma de experiência política desenvolvida até então. Além da tradicional função de fiscalizador e administrador da exportação, José Tomás de Mello é visto como o primeiro governador que teve uma pauta de ações, nitidamente urbanas e direcionadas à vila do Recife. Sua atitude, entretanto, não era vista pelos seus conterrâneos como um sinal de mudanças positivas, antes, eram frutos de atitudes despóticas inaceitáveis. De acordo com José Fernandes Gama, professor régio de latime contemporâneo,

> Além dos condenados por sentença a trabalhos públicos, as mais pequenas faltas se tornaram crimes, que chamavam sobre os seus autores a pena de calceta; e assim toda a gente do povo vivia em contínuo susto, esperando pela hora em que seria condenada a ir trabalhar no Aterro [dos Afogados] (GAMA apud BERNARDES, 2006 : 197)

E assim, a modernização do Recife era praticada pela exploração dos condenados e pela taxação de multas e venda de postos de capitães e coronéis à forasteiros. Apesar da construção do Hospital dos Lázaros, da Roda dos Expostos, do Aterro dos Afogados e da finalização da construção da Igreja de São José do Ribamar, José Tomás de Mello era satirizado e odiado pelos pernambucanos. Num registro contemporâneo desconhecido (BERNARDES, 2006 : 197) era assim lembrado o governador:

Aviltante duplamente
É tua pena, Simplício.
Horrível, porco flagício
D'um nababo inclemente!
Até quanto esta tainha
Que ao pescoço tens pendida
Restará de apodrecida
Estorricada na espinha?
Fique-te esta na mente;
Toma sentido Rapaz;
Não se bole impunemente
Nas coisas de D. Tomás.[19]

[19] AMARAL, Pacífico. Apud BERNARDES, 2006 : 197-198.

Ainda em relação à construção do Aterro dos Afogados, a indisposição criada entre os pernambucanos e o governador foi aprofundada pela utilização forçada de escravos, retirados de seus senhores, e um dia de trabalho obrigatório aos terços auxiliares e ordenanças do Recife e aos soldados da cavalaria da Boa Vista, gerando um conflito sem precedentes. Não apenas os senhores de escravos tinham que se desfazer do trabalho de seus escravos, enquanto propriedade privada, como os religiosos e soldados eram colocados "ao mesmo nível" do trabalho de um escravo. Algo desonroso e revoltante.

Além das questões do desenvolvimento urbano do Recife, uma seca[20] acometia a Capitania nos finais do século XVIII e com o fim da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba em 1780 o abastecimento destas capitanias tornou-se irregular e, no caso da mandioca, praticamente inexistente. (NEVES, 1999 : 453). A falta dos produtos essenciais, como o sal e a farinha, levou José Tomás de Mello a fixar o preço desta em 5 mil réis e a proibir a compra mais do que um alqueire de farinha por pessoa. Os ricos, impedidos de comprarem antes dos pobres, e os comerciantes impedidos de vender a maiores preços sob pena de serem presos, se juntaram ao montante de desgostosos com o governador. Da mesma forma se dava com o sal. Todo o comércio de elementos essenciais a alimentação da população era acompanhada pela infantaria, que não economizava nas cipoadas. (BERNARDES, 2006). A opinião de Dênis Bernardes, entretanto, não é respaldada na argumentação de Alcileide Cabral do Nascimento que, ao analisar a condição dos enjeitados em Pernambuco no final do século XVIII, assim se pronuncia sobre o governador

> D. Tomás demonstrou ser homem prático e resoluto. No tocante à Casa dos Expostos, particularmente, deu mostras das suas **qualidades de governante**, pois primeiro a fez funcionar e só depois comunicou a sua criação à Coroa. Então, só após a obra concluída é que ele se reportou ao seu superior em Lisboa participando as razões que a seu ver justificavam a empreitada. É de se ressaltar que no caso da criação da instituição em Pernambuco ficou patente a determinação pessoal de D. Tomás para a sua consecução. Seu feito não deve ser confundido como mera ação contingencial resultante da expansão demográfica verificada na última década do século XVIII; **suas peculiaridades individuais é que caracterizaram sua prática governativa.**[21](negrito nosso)

Controverso, D. Tomás é visto pela historiografia como um governante que iniciou as práticas de assistencialismo, ao construir a Casa dos Expostos e o Hospital dos Lázaros e ao

[20] Apesar da seca, a produção de algodão alcança números recordes no final do século XVIII e ultrapassa a produção de açúcar. (NEVES, 1999 : 453)

[21] NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados no Recife** (1789-1832). Anais do XXIV simpósio da ANPUH, 2007. P.5

garantir o acesso aos pobres a suas políticas, mas sob um regime de castigo e excessivo controle para os seus contemporâneos. O que cabe analisar aqui não são as opiniões de historiadores, mas as opiniões dos pernambucanos do século XVIII que, como vimos, o detestavam. No conflito que envolveu a construção do mercado de peixes ao lado do convento da Penha, D. Tomás foi denunciado, repetidamente, à Maria I. O prior da Penha, pessoalmente, vai à Corte denunciá-lo como ateu. A rainha manda devassar seu governo e o demite em 20 de agosto de 1798.

Entre 20 de agosto de 1798 e 29 de dezembro de 1798 – 5 meses – o governo de Pernambuco fica vago até a nomeação da Junta Governativa, composta pelo Bispo Azevedo Coutinho, pelo desembargador Pereira da Cunha (substituído por José Joaquim Nabuco de Araújo, ouvidor) e pelo intendente da Marinha Pedro Severim. Ressalte-se que todos esses acontecimentos são feitos durante o período de permanência dos franceses na costa do Recife e também sob o cargo do ministro da Marinha e do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que buscava unir os "quatro cantos" do império, em um único povo, o português. É neste período de Souza Coutinho e do bispo Azevedo Coutinho, que a idéia ilustrada do império luso-português[22] busca reformar a Coroa portuguesa num sentido de integração da metrópole com as suas colônias (NEVES, 1999 : 447). Em carta de 9 de fevereiro de 1799, a Junta governativa informa sua posse à rainha e afirma que o povo está esperançoso com as providencias a serem tomadas. Mas preocupam-se com a segurança interna e externa da Capitania.[23] As denúncias não tardam a chegar.

Inconformados com as arbitrariedades da Junta, José Pereira de Castro, Coronel do Regimento de Infantaria de Milícias da Vila dos Alagoas, em 10 de junho de 1799[24] e Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, pai dos Irmãos Suassunas, Coronel do Regimento de Milícias da Cidade de Olinda, em 18 de junho de 1799[25], reclamam ao Príncipe Regente contra o absurdo de serem nomeados tenentes-coronéis para os postos de sua infantaria, contrariando as disposições legais que garantem aos coronéis a graça de nomeá-los. Oras, se no governo de José Tomás de Mello já havia indisposição com os militares por causa dos trabalhos forçados, no governo da Junta, com a retirada de privilégios aos seus superiores, a situação se tornou insustentável.

22 Sobre este assunto há o trabalho de Kenneth Maxwell **"The generation of the 1790 and the idea of luso-brazilian empire"** escrito para a sua obra Conflicts and Conspiracies. Publicado pela University of California Press, 1973.
23 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D.14059
24 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.207, D.14135
25 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.208, D.14142

Em 1802, numa sublevação[26] contra a nomeação de José Xavier, antigo tenente de Olinda, para o posto de Capitão do Rio Grande do Norte pelo Governo Interino, o tenente Alexandre de Mello Pinto, que tinha direito natural na sucessão do cargo pela morte do antigo capitão José da Costa Pereira, é perseguido e preso, juntamente com outros soldados, e por meses sem direito a apelação e julgamento na justiça militar fica na Fortaleza do Buraco sob ordens da Junta. Os desrespeitos a hierarquia militar e aos direitos dos altos cargos é constante, a ponto do brigadeiro do Real Exército, Dom Jorge Eugênio de Lócio e Seilbis[27] queixar-se pelos desrespeitos e repreensões que sofre com a Junta em 1802.

Mas os conflitos não se restringem as causas militares. Pedro Serevim, intendente da Marinha e membro da Junta, em outubro de 1799[28], tendo sido acusado por comerciantes do Porto do Recife de cobrar emolumentos em demasia, para lucro próprio, sofre um atentado por parte de alguns comerciantes. O conflito entre o Intendente e tais comerciantes se estende até 1802, quando o Pedro Severim exige da Corte a prisão imediata do comerciante Daniel Eduardo Rodrigues Grijó (envolvido no atentado de 1799), por questões comerciais que se desenrolam entre o governante e os comerciantes do Recife há três anos. Pedro Severim, em uma carta "comovente" contra as calúnias que são levantadas contra si pelo Vice-Almirante Pedro de Mendonça[29], defende-se

> [...] sem haver em mim um só leve motivo pelo qual mereça uma injúria feita a minha pessoa, a face de todo este povo que suposto observe a minha exemplar conduta, vultarão as suas ideias e **julgarão que eu estou criminoso**, e já convencido para ante o Trono, pois que se assim deveria haver comigo um procedimento tão injurioso. A vista disso, eu devo esperar que sejam só vozes que me causam este susto, porém dado o caso que alguma queixa mentirosa tenha fabricado a minha ruína, rogo a Vossa Excelência queria dignar-se de me ouvir antes de ser castigado, pois que a razão, e a justiça o pedem, e assim é próprio do caráter de Vossa Excelência. [...]

A conduta de Pedro Severim na carta acima é curiosa no sentido de que não apenas ele não deixa claro que tipo de injúria é contra ele dita, como também se antecipa à visão do povo recifense quanto a sua acusação. É para se pensar: por que o Vice-Almirante o chama de vendido e porque o Intendente já antecipa a sua defesa contra o povo e não apenas a seu injuriante? Desde 1799, como vimos, Pedro Severim era acusado de cobrar do comércio taxas

26 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.234, D.15761
27 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.237, D.15959
28 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.211, D.14333
29 Não há referências na documentação que nos dê pista do que ele está sendo caluniado, apenas um vago "acusado de ser vendido". Consta apenas a carta de Pedro Severim alegando inocência.

além das regulares, originando um desagrado entre o governante e a maior parte dos comerciantes. É possível considerar que, antecipando-se as acusações, Pedro Severim nos tenha dado, nas entrelinhas, a possiblidade de acreditar que a sua relação com a população local não era boa.

Mas o membro da Junta que, definitivamente, mais tinha inimigos era o Bispo de Pernambuco, Diretor Geral do Ensino, fundador do Seminário e Governador, José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho. Entre professores e religiosos, passando por juízes e militares, o Bispo se indispôs com todos. No tocante ao Seminário de Olinda, fundado em 16 de fevereiro de 1800 nas dependências reformadas do antigo colégio jesuíta, o Bispo foi relativamente enérgico na manutenção do prédio. Com a guerra acontecendo na península, o Bispo se viu impossibilitado de buscar auxílio financeiro para a instituição. De forma a conseguir a verba necessária, obriga os professores públicos a apresentarem atestados de liberação para o magistério expedido pela Corte. Como muitos não apresentaram (e essa era a pretensão do Bispo), porque há anos não havia controle sobre isso, a diferença dos ordenados dos professores irregulares era transferida para o Seminário. Em particular aspecto, o conflito que se instaurou entre o Bispo e o professor público régio seminarista José Fernandes Gama, ganha especial atenção quando este é retirado do Seminário, pois era considerado homem “sem religião, sem moral e sem probidade” (NEVES, 1999 : 461). Interessante notar que o mesmo professor tinha sido denunciado ao Santo Ofício em 1790 por heresia[30].

Indo para a Corte, Fernandes Gama se torna um procurador dos professores régios contra o Bispo em diversas denúncias. Além disso, torna-se igualmente procurador da Irmandade do Santíssimo Sacramento que, desde 1797 estava em pé de guerra com Azevedo Coutinho pelo controle do templo da referida Igreja. O Bispo, além da pendenga com os párocos do Santíssimo Sacramento, excomungou e degredou padres que não seguiam sua visão religiosa, como o padre Manoel de Santa Rosa, o padre Manuel Fernandes Teixeira e o padre Bernardo Luís Ferreira Portugal. Além da Irmandade do Santíssimo Sacramento, muitas outras se unem contra o Bispo. Em uma carta apelativa[31] escrita em 1800, endereçada ao Ministro da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o Bispo assim se pronuncia sobre José Fernandes Gama

[30] Todo o processo encontra-se digitalizado pela Torre do Tombo em http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306755.
[31] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.220, D.14855.

> A falta de castigo deste perverso homem o tem feito insolente na presença de Sua Alteza Real e na de Vossa Excelência, ele não se atreveria a tantas imposturas, se ele temesse algum castigo[32]. Este mesmo espírito de insolência tem ele comunicado aos seus sequazes desta terra e tem espalhado o dito Gama que está no grande valimento de Sua Alteza Real, que Sua Alteza Real o ouve com atenção, que eu estou na desgraça de Sua Alteza Real, que eu sou todos os dias repreendido e que eu oculto as cartas de repreensão e que eu brevemente serei daqui mudado. Eles têm visto muita parte destas profecias e eu espero a última com aquela resignação, com que um homem no meio dos martírios espera com impaciência pelo último golpe que põem fim aos seus tormentos.

O tom de autopiedade é comum nas cartas do Bispo à Corte. Talvez numa estratégia política para conseguir compaixão, talvez por realmente acreditar-se injustamente acusado. João Fernandes Gama é, e pode ser dito com propriedade pela documentação e pela historiografia (BERNARDES, 2006; VITAL, 2008; SIQUEIRA, 2011), o inimigo mais ativo do Bispo perante a Corte. Na mesma carta acima citada, o Bispo ainda esclarece outras acusações, como a de que é um homem vicioso e teria uma criada a sua disposição, e por isso não teria defendido as fortalezas pernambucanas contra o ataque francês em 1796, quando aportou. Azevedo Coutinho ainda relata sobre sua querela com o Santíssimo Sacramento, ao dizer

> A Irmandade do Sacramento do bairro de Santo Antônio desta vila, esta orgulhosa irmandade, da qual o dito Gama se diz procurador nesta Corte por tão bom ordenado, tendo o ano passado no dia 18 de agosto [de 1800] pretendido sublevar-se a canalha, os rapazes e os pretos brutos e ignorantes contra mim e que talvez o não fizesse por temer a guerra militar, que se tinha mandado postar pelas ruas para a translação do Sacramento, fingiu fazer uma escritura de composição com o Pároco, em que dizia lhe entregaria uma das chaves da Igreja, e porque os mais orgulhosos da dita Irmandade conseguiram desta sorte que se não fizesse a translação do Sacramento que era o ponto dos seus caprichos, fomentados pelo Ouvidor, que acabou Antônio Luiz Pereira da Cunha, puseram luminárias por três noites dizendo aos ignorantes que aquela pública alegria era pela paz e concórdia que eu tinha feito entre a Irmandade e seu Pároco, mas aos seus amigos declaravam em particular que era por ficarem vitoriosos em não se fazer a translação do Sacramento para a Igreja do Colégio, como estava determinado.

Esta Irmandade, sendo uma das mais importantes em todo o Nordeste, acaba angariando ao seu redor outras Irmandades (inclusive da Bahia) contra o Bispo. Os irmãos do professor Fernandes Gama, Pedro Américo e João Lopes, também participam da sublevação

---

[32] Interessante notar como o Bispo se acha no direito de repreender a conduta do ministro, nas entrelinhas, de permissivo. Não posso deixar de acreditar que muito da arrogância do Bispo diante de seus superiores tenha tido parte na sua saída de Pernambuco em 1802.

das igrejas contra o Bispo e chegam a organizar um *Te Deum* e um *18 de Frictidore*[33] cantados em solenidade francesa (!), relata Azevedo Coutinho

> Estes horríveis homens tem espalhado para toda a parte de que eles brevemente esperam ver confirmados o seu célebre compromisso, que se acha no Conselho Ultramarino, e todas as suas exóticas pretensões de padroados, de chaves das portas principais tem reinado a atenção de todas as Irmandades desta diocese, e até mesmo da Bahia, que olham para a dita Irmandade do Sacramento como para a sua esquina e para a qual todas se interessam por baixo de mão para se conseguir o grande triunfo em que todas esperam ter parte e que se lhes participem as mesmas graças de padroados de nomeações de Párocos de governo das Igrejas matrizes.V.Exª já vê qual será o resultado desta **grande revolução das Irmandades** e do transtorno da ordem geral até agora estabelecida na Igreja de Portugal. Eu não espero ver esta confusão porque desde que chegou o correio marítimo eu tenho tido grandes aflições de alguma e cruéis dores em todo o corpo, mas apesar de tudo eu me tenho esforçado quanto posso para defender a minha honra antes que morra. (negrito nosso).[34]

Cabe aqui uma reflexão iniciada no começo deste artigo. Quando comentamos sobre o nativismo americano, e em especial o pernambucano, tão presente no final do século XVIII, nativismo este que criou uma indisposição acentuada entre os europeus e os americanos, apresentamos um documento sobre a eleição provincial de 1796, numa carta expedida pelos religiosos franciscanos a Rainha Maria I, desgostosos com o expressivo número de europeus eleitos. É possível analisar, também, o documento acima sob a ótima dos religiosos nascidos e criados em território brasileiro, que requeriam maior autonomia em relação a Igreja de Portugal. O Bispo Azevedo Coutinho, educado para a reforma da Igreja e membro ilustrado do iluminismo português, veio ao Brasil em 1794 com o intuito de criar aqui um Seminário que formasse homens fiéis a religião católica portuguesa e bons vassalos, como meio de garantir a permanência do status quo de Colônia. É bastante interessante notar, portanto, que no mesmo período em que o Seminário e as questões nativistas pernambucanas também presentes no meio religioso, sejam vistas pelo Bispo como uma "Revolução das Irmandades". Não cabe aqui descrever todos os conflitos do Bispo com os diversos segmentos sociais pernambucanos (que desagradaram não apenas religiosos, mas, como vimos, professores, militares, políticos, comerciantes...), mas fazer uma reflexão sobre como esse governo era

[33] **Frutidor** (*fructidor* em francês) era o décimo-segundo e último mês do Calendário Revolucionário Francês que esteve em vigor na França de 22 de setembro de 1792 a 31 de dezembro de 1805.O frutidor correspondia geralmente ao período compreendido entre 18 de agosto e 16 de setembro do calendário gregoriano; recobrindo, aproximadamente, o período durante o qual o sol atravessa a constelaçãozodiacal de Virgem.
[34] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.220, D.14855.

visto. Apelo aos próximos historiadores que façam uma História sobre o bispado de Azevedo Coutinho e sua relação com a população pernambucana. Infelizmente, a historiografia só se deteve, até hoje, sobre seus pensamentos educacionais e econômicos.

De acordo com Nelson Barbalho (1983: 83), apesar de ter caído em desgraça depois que prendeu os irmãos Suassunas, e ter perseguido muitos senhores de engenho simpatizantes, a atuação do Bispo nas localidades interioranas foi produtiva. Afirma o autor que Azevedo Coutinho

> "Criara paróquias e curatos, cuidara da lavoura de subsistência, mandara fazer estudos acerca de um mais rápido e mais racional escoamento de sua produção agropastoril, combatera a improdutividade dos latifúndios e da cana-de-açúcar e do algodão, fomentara a diversificação da agricultura" (Idem, ibdem).

Ainda de acordo com Barbalho (idem : 27) o Bispo era conhecido por ser intolerável com sociedades secretas, atingindo os interesses diretos dos senhores fidalgos e padres relacionados a maçonaria já presente em Pernambuco desde 1794. Além disso, o Bispo era relacionado a D. Rodrigo, ministro da Marinha e Ultramar, no tocante a propagação do ideal de império luso-brasileiro, a que prestou serviço o Seminário de Olinda, fundando pelo Bispo com apoio de D. Rodrigo, com os princípios da Universidade de Coimbra para a formação de bons católicos e cidadãos.

As desavenças do Bispo chegam à Câmara do Recife quando o membro da Junta obriga a toda população maior de 12 anos (sem exceção) a pagar uma taxa para a manutenção dos seminaristas pobres no Seminário de Olinda, em 1802. Escandalizados com esta medida, os membros da Câmara, por meio de um procurador, escrevem ao Príncipe Regente sobre os abusos cometidos pelo Bispo, já que 2/3 da população recifense era negra ou parda e não tinha acesso ao Seminário (BERNARDES, 2006: 201), o que tornava o pagamento do imposto um ultraje desmedido. Acrescente-se a essa crise a intenção do Bispo de estender o imposto literário à carne-seca, indispondo-se também com os comerciantes recifenses, que mais uma vez recorrem à Rainha sobre os abusos cometidos pela Junta. Os comerciantes, explorados de um lado pelos emolumentos de Pedro Severim e do outro pelo Bispo para o financiamento do Seminário, eram a classe mais prejudicada com a Junta Governativa. Indubitavelmente essa memória política de exploração – que no íntimo também evidenciava a disputa entre europeus e americanos – é que leva muitos comerciantes a se unirem à República de 1817, como

Domingos Afonso Ferreira, Bento José da Costa e Joaquim Pires Ferreira, membros estes assinantes de muitos apelos à Coroa contra a Junta.

Em 24 de setembro de 1801 – período em que os irmãos Suassunas estão presos e que o número de embarcações armadas em guerra explode (como veremos adiante) – a Junta Governativa, mas principalmente o Bispo Azevedo Coutinho, sofre uma ameaça de morte. Relata o Bispo

> Veio um sujeito falar-me debaixo de todo o segredo dizendo-me que na noite do dia 7 do corrente pelas onze horas e meia, pouco mais ou menos, indo fazer oração, como tem por devoção a portaria dos religiosos franciscanos que estão situados para uma parte mais retirada do meio desta vila, vira dois vultos junto ao cruzeiro do mesmo convento os quais estavam conversando em voz muito sumida que ele não percebia, até que um deles com mais calor levantou um pouco mais a voz e disse: *"como se não pode fazer a todos três, faça só a um pois não pode estar de melhor jeito, quando ele sair do convento e for para a Soledade no corredor, se lhe faz a emboscada."* E que quando se levantaram os dois vultos, tiniram as espadas como estavam armados[...] mandamos que uma patrulha de soldados reconhecesse esse bairro chamado de Soledade distante da vila um quarto de légua principalmente pelo lugar chamado "o corredor" que é um campo estreito entre muros de rua de uma parte e da outra um bosque com diversas veredas, bom próprio para uma cilada cujo corredor é a estrada que vem da vila para esta casa que os bispos meus antecessores fizeram para a sua habitação.[35] (itálico nosso).

De acordo com Guilherme Neves (1999 : 257) a carta sobre a ameaça de morte a Junta pode ter sido um teatro muito bem elaborado pelo Bispo para angariar apoio diante da Corte. Sua permanência em Pernambuco termina em 1802, quando consegue seu retorno para a Península, como Bispo de Bragança, com a ajuda de colegas de além-mar, saído das terras recifenses praticamente fugido, sem esperar chegar seu substituto para o bispado.

O que podemos considerar da relação conflituosa entre a Junta Governativa e os pernambucanos, é que a herança política dos tempos de José Tomás de Mello, aliada ao sentimento nativista crescente, em parte pela presença francesa constante, tornou o governo da Junta – composta por europeus – intolerável, desagradável e mal quisto. De acordo com Pereira da Costa (1951: 112) o novo governador de Pernambuco, Caetano Pinto Miranda Montenegro foi recebido em 1804 com *"pompa e aplausos nunca vistos, desforrando com isto o público do ódio e desprezo que lhe causara o governo interino dos seis anos precedentes"*.

[35] Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.228, D.15432

Não é à toa, portanto, que durante esse período tenham as idéias de liberdade e república afloradas na Capitania. Com o inimigo do Estado à porta pronto para o auxílio, a crise econômica provocada pela seca do final do século XVIII, piorada pela barreira francesa que dificultava o comércio transatlântico e a péssima relação do governo instaurado com a população local, podemos ambientar as origens da conjuração e de seus participantes no Areópago de Itambé.

O SONHO DA REPÚBLICA

Até aqui buscamos traçar os principais pontos da conjuntura externa e interna do final do século XVIII e o começo do século XIX, de forma a ambientar a Conspiração Suassuna no seu tempo. Do lado de fora, a guerra napoleônica transatlântica atacava os navios em toda a costa do Nordeste (ANDRADE, 1992), lembrando aos pernambucanos a ameaça freqüente e influenciando a entrada de livros e idéias republicanas latentes. Do lado de dentro, o governo odiado de Tomás José de Mello e o fiasco da Junta Governativa, aliado a um sentimento crescente patriótico, configuram a tensão percebida em 1801.

Naquele ano, 28 embarcações armadas em guerra circularam na costa recifense, contra 8 em 1800 e apenas 5 em 1799. Apesar de termos analisado a documentação pernambucana do Arquivo Ultramarino desde 1793[36], não encontramos para todo o período até 1799 sequer um único navio que tenha passado pela costa, armada em guerra. Como podemos ver pela tabela abaixo[37], a concentração das embarcações armadas deu-se na segunda metade do ano de 1801, período este em que a Junta Governativa foi ameaçada de morte e que os Irmãos Suassunas estavam presos na Fortaleza das Cinco Pontas, coincidindo além-mar com a Guerra das Laranjas.

---

36 O motivo de termos escolhido esta data para iniciar a análise documental está na formação da Campanha do Rossilhão após a execução do Rei francês Luís XVI pela Convenção. Esta campanha foi encabeçada pela Inglaterra e Espanha, tendo Portugal como participante auxiliar com 5400 homens. Tinha-se a ideia de que o recrutamento forçado em Pernambuco, para as guerras contra da França, poderiam ter se iniciado em 1793 por causa desta campanha, mas não foram achados casos de recrutamento neste período. O primeiro indício de recrutamento forçado é de 1798.

37 Dados coletados na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino entre os anos de 1799 e 1801. Localizados no LAPEH/UFPE.

ANO	DIA	MÊS	NOME DA EMBARCAÇÃO	TIPO	MESTRE
1799	9	FEV	Harmonia	Navio	José da Fonseca Soares
1799	31	JUL	Colombo	Galera	José Joaquim de Souza
1799	25	OUT	Robusto	Navio	José Pereira de Souza e seus filhos
1799	25	OUT	Ligeiro	Navio	José Pereira de Souza e seus filhos
1799	28	NOV	Lusitana	*	Francisco Antônio Leça
1800	18	JAN	St. Estevão Glorioso	Navio	*
1800	8	JUL	São Manoel	Navio	*
1800	14	JUL	Europa	Bergantim	*
1800	27	SET	Amável Luzia[38]	Navio	*
1800	27	SET	Amizade	Bergantim	*
1800	19	DEZ	Robusto **	Navio	José Pereira de Souza e seus filhos
1800	19	DEZ	Ligeiro **	Navio	José Pereira de Souza e seus filhos
1800	19	DEZ	Mosquito	Brigue	*
1801	21	JAN	Pensamento Ligeiro	Navio	José Luís Pereira
1801	21	JAN	Monte do Carmo	Galera	*
1801	28	FEV	Tereza	Navio	*
1801	28	FEV	Pensamento Ligeiro **	Navio	José Luís Pereira
1801	28	FEV	Elvia	Navio	Pedro Gonçalves Salazar
1801	18	MAR	Delfina	Navio	*
1801	22	ABR	Felicidade do Porto	Navio	Antônio José Machado
1801	12	AGO	Santíssimo Sacramento	Navio	*
1801	12	AGO	Nossa Senhora da Conceição	Navio	*
1801	12	AGO	Bom Sucesso	Bergantim	*
1801	12	AGO	Ceilão	Navio	Manoel da Cunha Moreira
1801	7	SET	Pensamento Ligeiro **	Navio	José Luis Pereira
1801	12	SET	Bons Irmãos	Navio	José Rati
1801	12	SET	Águia do Douro	Navio	*
1801	12	SET	Pensamento da América	Bergantim	*
1801	19	OUT	Elisa	Navio	Pedro Gonçalves Salazar
1801	19	OUT	Ventura Feliz	Galera	*
1801	19	OUT	Nossa Senhora do Patrocínio	Navio	Antônio José da Silva
1801	16	DEZ	Bom Sucesso **	Bergantim	*

[38] Este navio foi tomado pelos franceses quando José Francisco de Paula Cavalcanti estava a bordo. Ele relata ao irmão que participou do conflito . (ANDRADE, 2011 : 241).

1801	16	DEZ	Amável Aliança	Bergantim	*
1801	16	DEZ	Nossa Senhora da Graça Liberalidade	Bergantim	Joaquim Gomes Barbosa
1801	16	DEZ	Nossa Senhora da Paz	Galera	*
1801	16	DEZ	Flor do Uma	Navio	Bernardo Pereira de Souvia
1801	16	DEZ	Felicidade	Navio	*
1801	16	DEZ	São Marcos	Navio	Marcos Gonçalves de Farias
1801	16	DEZ	Santa Cruz	Galera	Marcos Gonçalves de Farias
1801	16	DEZ	Santa Ana	Galera	Marcos Gonçalves de Farias
1801	16	DEZ	Santo Estevão	Navio	*

(*) Informação desconhecida

(**) Navios que fizeram mais de uma viajem à Corte.

Logo no início do ano de 1802 é instaurada a paz com a França e as embarcações armadas deixam de ser necessárias para proteger a Corte e a costa pernambucana. O que cabe analisar aqui é que os irmãos Suassunas e os participantes do Areópago provavelmente perceberam o momento propício para a conspiração. O irmão José Cavalcanti já se encontrava na Corte e em Recife o clima de guerra, a presença francesa e a indisposição crescente com a Junta os levaram a considerar aquele momento como o ideal para a encarnação do sonho da República.

A Conspiração Suassuna pode ser resumida de maneira breve: Denunciados por José da Fonseca Silva e Sampaio ao juiz de paz Manoel Antônio Galvão em 20 de maio de 1801, os irmãos Suassunas foram presos por suspeita de conjuração contra a pátria, com idéias revolucionárias de república e liberdade para Pernambuco. Para isso, recomenda José Cavalcanti, o irmão Suassuna que estava na Corte, que nenhuma pessoa que quisesse unir-se a eles na causa deveria tomar empréstimo na Fazenda Real, para não contribuir para o financiamento das tropas portuguesas contra a França. Juntamente com eles, outros conjurantes foram nomeados durante a devassa, todos membros do Areópago de Itambé: Padre Antônio Félix Velho Cardoso; Padre José Pereira Tinoco; Antônio de Albuquerque Montenegro e João Ribeiro Pessoa. A documentação sobre o caso é pequena, só nos restam a devassa feita através do testemunho de 85 pessoas e algumas cartas trocadas entre os irmãos. As cartas específicas, citada por José da Fonseca Silva e Sampaio em sua denúncia, uma em que teria o irmão José Cavalcanti, na Corte, escrito a Francisco Cavalcanti sobre o momento propício para a Revolução, foi extraviada dos autos por um funcionário do cartório, através de um suborno. Os irmãos ficaram presos até 1802 na Fortaleza das Cinco Pontas, com seus bens

paralisados e incomunicáveis, até que foram soltos sem provas e, posteriormente, promovidos. Tudo o que se sabe sobre a suposta conspiração são esses fatos. Mas nos cabe contribuir com algumas reflexões.

Mesmo tendo sido o assinante número 31 da lista de pessoas interessadas no manual sobre os crimes praticados pela Revolução Francesa, em 1799[39], José de Paula Cavalcanti de Albuquerque foi um dos principais suspeitos da trama. Neste mesmo ano ele pede licença para ir ao reino, e ali começam a troca de cartas com os irmãos, durante o período de influência francesa. Quando são denunciados, em 20 de maio de 1801, o Bispo Azevedo Coutinho instaura a devassa imediatamente no dia seguinte. Manda prender os irmãos Francisco e Luís, o capitão-mor do Cabo Sebastião Antônio de Barros e também o denunciante. Obriga os navios da costa a não permitir relações entre os marinheiros e os habitantes em Lisboa, para que não chegasse aos ouvidos do irmão José, na Europa, da prisão dos seus irmãos (NEVES : 1999, 440). Em 22 de junho de 1801, conclui a devassa o juiz de fora Antônio Manuel Galvão, assumindo que

> Das perguntas e acareações apresentadas à devassa não resultou prova alguma de menção que aqui aparece contra os denunciados se aquilo resulta da denuncia que parece verossímil já pelo comportamento do denunciante, já pela amizade com os denunciados, reconhecida por Francisco de Paula Cavalcanti nas suas acareações, não obstante os motivos de inimizade aqui de quais recorrera e que são tão insignificantes, quanto eles mesmos mostraram já porque combina a sua expressão da recomendação que Francisco de Paula não concorresse ao empréstimo que relata a Real Fazenda[40]

O trecho acima nos faz considerar que, tenha tido ou não fundamento a denúncia de José da Fonseca, as questões de inimizade entre ele e Francisco de Paula o levaram à denuncia. Ricos, os irmãos Cavalcanti foram capazes de suprimir as provas contra si. De acordo com Mara Ziravello

> As principais provas da conjuração, duas cartas enviadas a José Francisco, desapareceram misteriosamente. Tempos mais tarde o desembargador João Osório de Castro Sousa Falcão comentou o destino de uma delas. O desembargador afirmou que no exame dos papéis, uma carta havia sido subtraída e destruída pelo escrivão Fonseca, que recebeu 400 mil réis pelo trabalho (1999 : 290-291)

---

39 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.206, D.14085
40 Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo LAPEH/UFPE. AHU_ACL_CU_015, Cx.226, D.15324

A dificuldade em se "reconstruir" historicamente o caso dos Suassunas também se dá pelo suborno empregado nos bastidores da devassa em se destruir todos os documentos incriminatórios contra os irmãos, 1802, quando foram soltos. (ZIRAVELLO, 1999 : 292). De acordo com o Padre Dias Martins (1853 : 11-12) a conspiração nunca deixou de ser, para os pernambucanos da época, algo obscuro. Mas de acordo com Bruno Gontijo de Andrade (2011 : 242-243) através do depoimento de João Vicente da Fonseca Calaça, este já sabia do motivo da prisão dos filhos do Suassuna através de uma preta forra chamada Joaquina dos Santos, porque ela havia comentado que o antigo governador de Pernambuco, o odiado Dom Tomás e o irmão José Cavalcanti, tinham fugido para a França com o objetivo de trazer tropas para conquistar Pernambuco. Até que ponto esse depoimento da preta forra Joaquina tinha veracidade, não se sabe, se sabe que tanto D. Tomás quando Luís Cavalcanti partiram para a Corte na mesma época.. Se chegaram à Portugal, chegaram em momentos próximos. Mas só até aí nos é possível saber.

Ainda de acordo com Bruno Gontijo de Andrade (2011 : 245) a oralidade bastante presente nos depoimentos das testemunhas do processo, mostra que a maior parte dos 85 denunciantes achavam que os irmãos tinham sido presos por causa do comércio de pau-brasil, outros por causa de pólvora, pela morte e esconderijo do corpo de um padre e alguns até acharam que era por ordem do Santo Ofício. De maneira geral, portanto, as testemunhas atribuíam aos irmãos o crime de infidelidade à vassalagem real, ora por comercializarem produtos da esfera exclusiva da Coroa, oras pela esfera religiosa, por serem acusados da morte de um padre.

Foi certo, entretanto, que muito dinheiro foi empregado na libertação dos irmãos, principalmente pelas mãos do Frei José Laboreiro. Afirma ainda o padre que após a sua libertação, Francisco Cavalcanti tornou-se circunspecto e fechado, tornando-se um paladino das causas da Liberdade dentro da Academia que fundou no Engenho Suassuna, que serviu de escola não apenas para nacionais, como para estrangeiros. O antigo Areópago de Itambé é fechado pouco tempo depois da denúncia sobre a Conspiração.

Tentando reconstituir o caminho das cartas, elas nos levam ao início do ano de 1800, quando José Francisco relata que participou de uma luta contra corsários franceses e se destacou na luta, chegando ao conhecimento do ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Em 1801, quando José Cavalcanti relata a perda do navio Amável Luzia para os franceses, passa a relatar também sobre a Guerra das Laranjas (ANDRADE, 2011 : 241). A declaração de guerra da Espanha contra Portugal acontece em fevereiro daquele ano,

mas as tropas só invadem o território português em maio, mesmo período em que estão sento denunciados os irmãos e lidas as cartas. A isso soma-se o mesmo período do aumento de navios armados em guerra na costa pernambucana. Como dito anteriormente, tudo parece indicar que os irmãos se comunicavam através das cartas sobre o melhor momento para tomar o poder em Pernambuco e instaurar a República. Em meio a tantas crises políticas tanto de aquém quanto de além-mar, a Conspiração Suassuna encontrou aquele que teria sido, talvez, o melhor momento para sua rebelião. Com a pátria mãe envolvida numa guerra, com o Atlântico sendo atacado e com a impossibilidade financeira de fomentar tal guerra, a idéia de República e liberdade estava na porta dos Suassunas. Impossível saber, entretanto, se teriam sucesso na empreitada se não tivessem sido denunciados.

O que podemos considerar é que, após a liberdade de Francisco e Luís em 1802, o número de entidades maçônicas em Pernambuco explode. O próprio Francisco abre uma academia maçônica no Engenho Suassuna. São fundadas a Academia Paraíso, a Universidade Secreta por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio), a Escola Secreta de Vicente Ferreira Guimarães Peixoto e as lojas Patriotismo, Virtude e Razão, Pernambuco do Oriente e Pernambuco do Ocidente.

Quanto as razões que teriam levado aos irmãos conspirarem, não apenas temos as idéias revolucionárias francesas tão presentes nas reuniões do Areópago desde 1794, como também as questões políticas locais, insuportáveis à população, que temos relatado desde o início do artigo. Nelson Barbalho assim analisa a Conspiração

> Conspira-se contra D. José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, conspira-se contra a Junta Governativa de Pernambuco, conspira-se contra o absolutismo do governo português. E todo esse movimento rebelde e favorável à independência de Pernambuco, conhecido como Conspiração dos Suassunas, começa a ganhar corpo, alastrar-se, angariar simpatizantes também no Agreste e até mesmo no Sertão, onde o número de liberalistas da família Cavalcanti de Albuquerque já é relativamente expressivo (1983 : 28)

De acordo, portanto, com Pereira da Costa (1951 : 80-87) quando este afirma que a Conspiração fora influenciada pela presença de Napoleão, se não *"para favorecer os intuitos patrióticos dos democratas pernambucanos, ao menos como um meio de criar dificuldades à metrópole"*. Admite Nelson Barbalho (1983 : 41) que é possível admitir que o número de

embarcações francesas na costa pernambucana[41] tenha clandestinamente feito comunicações entre os Suassunas, mas a paz travada entre Portugal, Espanha e França no final de 1801 tenha rompido a idéia da Revolução. Note-se, portanto, que a ordem real de liberdade aos irmãos Suassunas chega exatamente no mesmo dia em que também chegam as notícias de paz com a França (3 de fevereiro 1802), mas Luiz Cavalcanti e Francisco Cavalcanti só foram soltos da Fortaleza das Cinco Pontas em 26 de maio de 1802, quando receberam os três carcereiros para ouvirem suas justificações e quando não havia mais embarcações inimigas na costa.

Também chamada de Inconfidência Pernambucana (NEVES, 1999 : 439), o que ficou para a historiografia nacional sobre as idéias dos Suassunas é a formação de uma história das idéias libertárias, do imaginário da República, sem necessidade de armas e revoltas, mas que permaneceu no ideal popular como um dos eventos que levou à independência em 1817. Nos autos da devassa sobre a Insurreição Pernambucana de 1817, foram apensados os autos da Inconfidência de 1801, já demonstrando, na época, que a Corte e seus juristas encaravam os acontecimentos de 1801 como antecessores e ligados ao movimento revolucionário posterior. (NEVES, 1999 : 441) . Fruto de uma época de desintegração do Antigo Regime, em um período de relação direta com o inimigo francês, a Conspiração ou Inconfidência de 1801 é o resultado comum de uma série de insatisfações com o governo metropolitano e com a solidificação dos ideais nacionalistas fundados desde a Restauração Pernambucana de 1654. Para aqueles que pretendem estudar a República e a história da sua idéia no Brasil, precisará voltar-se para o fim do século XVIII, com suas revoltas e conspirações, em todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Breno Gontijo. **Os filhos pagam pelos pais**: (in)fiéis vassalos e outros termos utilizados na devassa sobre a suposta conspiração dos Suassunas de 1801. Revista OPSIS. Catalão, V.11, Nº 2. P.239-252. Jul-dez 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. (org.) **O nordeste brasileiro e a Revolução Francesa**. Recife : Massangana, 1992.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana**: subsídios para a História do agreste e do sertão. Vol.10. 1801-1810. Recife : FIAM, 1983.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça Bernardes. **Memória e Experiência política**. In: O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo : Editora Hucitec, 2006. P.193-259.

[41] No depoimento de Francisco Xavier da Silva para a devassa, comentou que os Suassunas negociavam pau-brasil e que por isso poderiam ter relações com os franceses.

CAMPOS, Rafael Dias da Silva. SANTOS, Christian Fausto Moraes**. Doutores da devassa**: sedição e teses médicas de luso-brasileiros em Montpellier. Revista Unisinos, vol.17. Pág 62.

CANTARINO, Nelson Mendes. **Conjugando tradições**: o pensamento econômico do bispo Azeredo Coutinho entre a herança ibérica e as ideias ilustradas setecentistas (1791-1816). Anais da IV conferência Internacional de História Econômica. P.1-24.

CORDEIRO, Vital Lopes de. **A influência política da maçonaria no período de Pré-independência do Brasil**. Dissertação de mestrado. Brasília, CEFOR : 2008.

COSTA, Pereira da.**Anais Pernambucanos**. Vol.7. Recife : APEJE, 1951.

FERRER, Francisco Adegildo. **Proposta Pedagógica do Bispo Azevedo Coutinho**. Revista do Instituto do Ceará, 1995. P. 365-378.

LINS, Rachel Caldas. **O cabo e as Revoluções Pernambucanas**. Revista Ci. & Tróp. Recife, vol.9. 1981. Jan/Jun. P.67-96.

MARTINS, Padre Dias. **Os Mártires Pernambucanos**: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas de 1710 e 1817. Recife : Tp. F.C. de Lemos e Silva, 1853.

MAXWELL, Kenneth. **"The generation of the 1790 and the idea of luso-brazilian empire"** In: Conflicts and Conspiracies. Berkeley : University of California Press, 1973.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a Inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). São Paulo : Paz e Terra, 2005.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **O seminário de Olinda**. Diário de Pernambuco. Recife, 11 de junho de 1950.

MELO, Mário. **A guerra dos mascates como afirmação nacionalista**. Recife : APEJE, 1984.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados no Recife** (1789-1832). Anais do XXIV simpósio da ANPUH, 2007.

NEVES, Guilherme Pereira das. **A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco**: Ideias ilustradas ou conflitos tradicionais? Revista Portuguesa de História. Coimbra, tomo 33, 1999. P.439-481.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone. **O medo dos "abomináveis princípios franceses"**: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. UFRJ : 1989, Vol.4, nº 1. P.113-119.

SILVA, Leonardo Dantas da.**Holandeses em Pernambuco (1630-1654)**. 2ª Ed. Recife : Caleidoscópio. Instituto Ricardo Brennand, 2011. 368p.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. **Bispo Coutinho e o clero ilustrado de Pernambuco na revolução de 1817**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH. Ano V. Nº 14. Setembro de 2012. P.153-166.

ZIRAVELLO, Mara**. A conjuração dos Suaçuna**. In: Coleção Brasil 500 anos. Vol.5. São Paulo : Editora Abril, 1999. P.290-291.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Denúncias ao Santo Oficio. **Processo de José Fernandes Gama**. 1790-1792. Encontrado em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2306755> Acesso em 15 de setembro de 2013.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Capitania de Pernambuco (1794-1802)**. Á disposição no Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Pernambuco. CD 18 ao 21.